MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO CONTRATUAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

TERMO DE CONTRATO Nº 07/2026

(Processo Administrativo n° **PGEA - 1.30.001.001242/2026-63**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E PINK FACILITY E SERVICOS LTDA. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA NAS DEPENDÊNCIAS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO E DAS PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS A ELA VINCULADAS. PGEA - 1.30.001.001242/2026-63

A UNIÃO, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0024-07, situada na Avenida Nilo Peçanha n.º 23/31, Rio de Janeiro/RJ, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, Senhor Newton [redacted] Junior, Matrícula de nº 24064, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno Administrativo do MPF, e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **PINK FACILITY E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **05.394.940/0001-26** , estabelecida na **AV Das Americas, 02901, SAL 505, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP nº 22.631-002**, e-mail **contatopinkfacility@gmail.com**, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por sua Representante legal, **LEANDRO [redacted] SOUZA** - CARGO: Sócio-Administrador inscrito na carteira nacional de habilitação nº 00.2**.**1.020 – DICRJ | CPF: **085.***.**7-35**, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, em especial seu art. 11, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E PINK FACILITY E SERVICOS LTDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA, COM USO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, NAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO E NAS PROCURADORIAS NOS MUNICÍPIOS. (**PGEA - 1.30.001.001242/2026-63**).

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA para prestação de serviços contínuos de RECEPCIONISTAS nos postos de trabalho especificados abaixo, que compreenderão a mão de obra necessária à execução dos serviços para atuação na sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro e nas Procuradorias da República nos Municípios a ela vinculadas, nas quais não têm esses profissionais, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, no ANEXO I.

1.2. Objeto da contratação:

POSTO	QUANTIDADE	LOCAL	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL DO POSTO
RECEPCIONISTA LÍDER	01	PR/RJ	R$ 5.023,87	R$ 5.023,87
RECEPCIONISTA	04	SEDE (PR/RJ)	R$ 4.506,63	R$ 18.026,51
RECEPCIONISTA	01	PRM Campos dos Goytacazes	R$ 4.195,26	R$ 4.195,26
RECEPCIONISTA	01	PRM Itaperuna	R$ 4.301,88	R$ 4.301,88
RECEPCIONISTA	01	PRM Macaé	R$ 4.426,71	R$ 4.426,71
RECEPCIONISTA	01	PRM Niterói/São Gonçalo	R$ 4.304,48	R$ 4.304,48
RECEPCIONISTA	01	PRM Nova Friburgo	R$ 4.299,28	R$ 4.299,28
RECEPCIONISTA	01	PRM Petrópolis	R$ 4.190,48	R$ 4.190,48
RECEPCIONISTA	01	PRM Resende	R$ 4.228,59	R$ 4.228,59
RECEPCIONISTA	01	PRM São João de Meriti	R$ 4.273,27	R$ 4.273,27
RECEPCIONISTA	01	PRM São Pedro da Aldeia	R$ 4.325,29	R$ 4.325,29
RECEPCIONISTA	01	PRM Volta Redonda	R$ 4.320,08	R$ 4.320,08
TOTAL MENSAL	15			R$ 65.915,70

1.3. Os cargos acima descritos possuem a jornada de 40 (quarenta) horas durante a semana.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação

1.4.3. A Proposta do CONTRATADO

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5. A CONTRATADA executará o serviço continuado de RECEPÇÃO, nas instalações da CONTRATANTE, situada na **Av. Nilo Peçanha, 31 – Centro – Rio de Janeiro/RJ (SEDE), bem como nas unidades da Procuradoria da República nos Municípios do Rio de Janeiro, nos endereços previstos no Anexo I-A do Edital - "Relação de endereços das unidades atendidas".**

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **2 (dois) anos** contados a partir de **14 de agosto de 2026**, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ATESTE, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Após o 13º (décimo terceiro) mês de vigência do contrato, nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação, que se dará por meio de APOSTILA.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual – forma de execução indireta, com serviços prestados em caráter continuado –, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **TERMO DE REFERÊNCIA, em seu Item 8**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação parcial ou total dos serviços não será permitida.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de **R$ 65.915,70 (sessenta e cinco mil novecentos e quinze reais e setenta centavos)**, perfazendo o valor total anual de **R$ 790.988,40 (setecentos e noventa mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos),** conforme tabela detalhada no item 1.2.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, fornecimento de materiais, e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, devendo ser descontadas eventuais glosas por descumprimento contratual ou não substituição de empregados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Corrente, encontram-se definidos no Termo de Referência, no **ITEM 7** e seguintes, anexo a este Contrato.

6.2. A contratada deverá apresentar, mensalmente, o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), contendo o registro da execução dos serviços, o fornecimento dos materiais, o cumprimento das rotinas e jornadas de trabalho, bem como o atendimento dos indicadores previamente definidos. A aferição e validação das medições caberá à fiscalização designada pela Administração, sendo condição indispensável para a liberação dos pagamentos.

6.3. A nota fiscal deverá contar as informações constantes do item 7 do Termo de Referência para fins de liquidação e pagamento. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

6.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada.

6.6. As demais formas e condições de pagamentos a serem observadas pelo CONTRATADO constam do **ITEM 7** do Termo de Referência.

6.7. A forma e o prazo para faturamento e para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, anexo a este Contrato, no **ITEM 7 (DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO)** .

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, em seus **ITENS 4.6 e 7**.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

7.2. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.

7.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.4.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.4.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

7.4.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

7.4.4. Para os custos decorrentes do mercado: com reajuste a partir da estimativa de preços da Administração.

7.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

7.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

7.7. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

7.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

7.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

7.8.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.626be97.366d6837.bdf01f88

7.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

7.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

7.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, (reajuste de preços), o CONTRATANTE deverá iniciar o procedimento mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a CONTRATADA do início da instrução.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.16. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

7.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

7.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento.

7.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.20. A extinção do contrato não configura óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório. As repactuações não

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.22. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.23. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.24. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.25. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.26. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.27. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.28. repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no **ITEM 11** e seguintes do Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.5. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;

8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.12. A Administração terá o prazo de **um mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo **de dois meses**;

8.1.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.15. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.16. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

8.1.16.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

8.1.16.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

8.1.16.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

8.1.17. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

8.1.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.20. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26 da Lei 14.133/2021;

8.1.21. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.22. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.1.23. Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre os serviços contratados, ficando a cargo da Secretaria Estadual aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

Parágrafo Segundo - Será(ão) nomeado(s) Servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

Parágrafo Terceiro - O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;

b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;

c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência em seu **ITEM 11.15** e seguintes, e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.5.6. Regularidade junto ao CADIN

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.11. Se possível, como política de boas práticas, cumprir com a Reserva de vagas para Mulheres em situação de Vulnerabilidade, no quantitativo de 1 (uma) vaga e outras quotas previstas em lei, conforme os termos do Item 3 do Termo de Referência;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.13. Da Reserva de Vagas para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade e outras Cotas previstas em Lei:

9.13.1. Nos termos do art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.430/2023, a CONTRATADA, se possível, como política de boas práticas, a CONTRATADA poderá reservar, no mínimo, 1 (uma) vaga entre aquelas decorrentes da execução contratual para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica resultante de violência doméstica e familiar, desde que atendida a qualificação profissional necessária para o exercício das atividades contratadas.

9.13.1.1. Considerando o quantitativo de 15 (Quinze) postos de trabalho previstos neste contrato, a CONTRATADA, se possível, como política de boas práticas, poderá destinar, no mínimo, 1 (uma) vaga para o cumprimento desta obrigação, observada a regra de arredondamento para o número inteiro imediatamente superior sempre que a fração resultar em valor decimal.

9.13.1.2. A comprovação da condição de vulnerabilidade poderá ser feita mediante encaminhamento expedido por órgãos integrantes da rede de proteção ou, quando cabível, por declaração formal da trabalhadora, sendo dever da CONTRATADA e da Administração garantir a confidencialidade, a proteção de dados pessoais e o respeito à dignidade das beneficiárias.

9.13.2. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como a reserva legal para aprendizes (Art. 92, XVII, e 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.13.2.1. O descumprimento desta obrigação configura violação direta da Lei nº 14.133/2021 e poderá dar ensejo à rescisão contratual (Art. 137, IX)

9.13.2.2. Administração, no exercício regular de suas funções, fiscalizará o cumprimento contínuo dessas cotas. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a manutenção da cota mínima legal

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, observando os parâmetros da Lei Geral de Proteção de Dados bem como assinatura de Termo Circunstanciado de Manutenção de Sigilo;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.19. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual conforme CCT da categoria, até o 5º dia útil, mediante depósito em conta.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

9.20. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.22. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.27. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.27.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

9.27.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

9.27.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

9.27.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato; 8.21.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.28. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.29. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

9.29.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.30. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.33. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.34. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso;

9.35. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.36. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.37. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.39. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

9.40. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.41. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.41.1. A quantidade dos uniformes especificados deve ser fornecida no início do contrato e anualmente;

9.42. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.43. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.44. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.45. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.46. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.47. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;

9.48. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.49. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

9.50. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.51. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.52. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.52.1. Informar ao líder da equipe e ao fiscal técnico do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o registro de qualquer denúncia, comunicação ou ocorrência encaminhada à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) relacionada aos trabalhadores alocados na execução contratual, bem como as providências adotadas para sua apuração e tratamento, resguardado o sigilo das informações pessoais e sensíveis, quando aplicável.

9.53. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.54. Em caso de eventual ausência por 48h ou mais do empregado, tais como faltas e licenças previstas em Lei, a empresa deverá providenciar o substituto do posto, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

9.55. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.56. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.57. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.58. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.59. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.59.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.59.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.59.3. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.59.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.59.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.59.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.5.

9.59.7. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.60. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

9.61. Do quantitativo de Uniformes:

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

UNIFORME FEMININO - RECEPCIONISTAS		
QUANTIDADE FORNECIDA INICIALMENTE	QUANTIDADE FORNECIDA ANUALMENTE	TIPO DE UNIFORME
04	04	Blusa em microfibra de mangas curtas, 100% algodão, com logotipo da empresa, sem botões.
04	04	Calça comprida, social, 100% algodão, tipo oxford, com vista embutida com zíper.
01	01	Sapato de couro ou material sintético similar, ortopédico, na cor preta.
01	01	Crachá de identificação
06 pares	06 pares	Meia em tecido de algodão na cor branca.
02	02	Agasalho com logotipo da empresa.

UNIFORME MASCULINO - RECEPCIONISTAS		
QUANTIDADE FORNECIDA INICIALMENTE	QUANTIDADE FORNECIDA ANUALMENTE	TIPO DE UNIFORME
04	04	Blusa social 100% algodão, tipo oxford, de mangas compridas, com logotipo da empresa, abotoada na frente.
04	04	Calça comprida, social, 100% algodão, tipo oxford, com vista embutida com zíper.
04	04	Gravata em jaquard.
01 par	01 par	Sapato de couro ou material sintético similar, ortopédico, na cor preta.
01	01	Crachá de identificação
06 pares	06 pares	Meia em tecido de algodão na cor branca.
02	02	Cinto de couro ou material sintético similar, na cor preta.
02	02	Agasalho com logotipo da empresa.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

11.2. No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

11.2.1. realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

11.2.2. adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

11.2.3. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

11.2.4. facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

11.2.5. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

11.2.6. compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

11.2.7. comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

11.2.8. informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

11.2.9. anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

11.2.10. não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

11.2.11. não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

11.2.12. registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

11.3. O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

11.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

11.5. É **OBRIGATÓRIO** que haja a **assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS** por todas as pessoas diretamente envolvidas na execução de atividades de tratamento de dados pessoais, incluindo colaboradores terceirizados, e o envio dos termos assinados para os fiscais técnicos.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e 90(noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor anual do contrato** para o primeiro ano de vigência, **devendo ser a garantia renovada para o segundo ano de vigência pelo valor do contrato, de forma que os dois anos do período contratual estejam cobertos.**

12.2.1. O mesmo deverá ocorrer a cada renovação contratual, seguindo as condições previstas neste instrumento.

12.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

12.3.1. Nesta hipótese, **deverá o contrato de seguro-garantia deixar de conter a cláusula obrigatoriedade de aguardo do trânsito em julgado** para o reembolso de custas trabalhistas e previdenciárias.

12.3.2. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3.3. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

12.3.4. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.3.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

12.4. Caso a adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado a partir da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou título da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

12.5. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.6. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.8 deste contrato.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

12.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;

12.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber; e

12.9.4. a garantia deverá assegurar, além das hipóteses já previstas, o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimento total ou parcial do contrato e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro afetado por inadimplemento da Contratada.

12.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens anteriores, no que couber, observada a legislação que rege a matéria.

12.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.12. **Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após a decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão da inadimplência do Contratado, *independente de trânsito em julgado de decisão judicial***. O seguro-garantia deverá ser emitido por seguradora devidamente autorizada a operar no país e registrada na SUSEP.

12.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

12.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

12.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.18.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.18.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

12.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do término do contrato ou da sua extinção;

12.19.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

12.19.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

12.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.21. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

12.22. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

12.23. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

12.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.25. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. **Infrações Administrativas** - Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 7º e 13 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, as condutas praticadas pelo licitante ou pela contratada que violem as obrigações contratuais, as normas legais ou comprometam a execução do contrato.

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Não manter a proposta apresentada, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;

13.1.5. Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a formalização, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.6. Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a execução dos serviços, o cumprimento de obrigações contratuais ou a entrega de documentos previstos no contrato;

13.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou durante a execução contratual;

13.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. **Sanções Administrativas -** Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 7º, 13 a 23 e 31 a 35 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, poderão ser aplicadas ao licitante ou à contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

13.2.1. **Advertência** – Aplicável nas hipóteses de infrações de baixa gravidade, decorrentes de descumprimentos formais de obrigações contratuais sem dano à Administração e sem prejuízo à execução contratual. A advertência poderá ser acompanhada de determinação para correção imediata da irregularidade verificada.

13.2.2. **Impedimento de Licitar e Contratar** – Aplicável nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, de atraso injustificado, de reincidência em infrações ou de descumprimento reiterado de obrigações contratuais, quando a gravidade da conduta não justificar penalidade mais severa, como a declaração de inidoneidade. Impede o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. **Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar** – Aplicável nas hipóteses de fraude, falsidade documental, comportamento inidôneo, fraude à licitação ou qualquer ato ilícito destinado a frustrar o caráter competitivo do certame ou a execução contratual. Essa sanção impede o responsável de licitar ou

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

contratar com todos os entes federativos e suas entidades, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4. **Multa** - Poderá ser aplicada de forma moratória, sancionatória, compensatória ou contratual específica, isolada ou cumulativamente com outras penalidades, observados os limites legais e contratuais.

13.2.4.1. **Multa Moratória**: Por atraso injustificado na execução contratual, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida ou da fatura mensal, até o limite de 30% (trinta por cento). O atraso superior a 15 (quinze) dias poderá ensejar a rescisão contratual.

13.2.4.2. **Multa Sancionatória**: De 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração administrativa tipificada no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.2.1. Para fins de dosimetria inicial da multa sancionatória, sem prejuízo da análise do caso concreto, poderão ser adotados os seguintes parâmetros orientadores:

13.2.4.2.1.1. infrações de menor gravidade, sem prejuízo relevante à Administração: 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento);

13.2.4.2.1.2. infrações de gravidade média, com impacto relevante na execução contratual ou no procedimento licitatório: 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento);

13.2.4.2.1.3. infrações de elevada gravidade, com dano significativo à Administração, frustração do certame ou comprometimento relevante da execução contratual: 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento).

13.2.4.2.2. Em nenhuma hipótese a multa sancionatória poderá ultrapassar os limites mínimo e máximo previstos na alínea “b”, ainda que presentes agravantes, vedada a aplicação de sanção de caráter confiscatório.

13.2.4.2.3. **Multa Compensatória**: De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, aplicável em caso de inexecução total do objeto contratado.

13.2.4.2.4. **Multa Contratual Específica por Descumprimento das Obrigações de Mão de Obra Exclusiva**: Por se tratar de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, o descumprimento das obrigações trabalhistas e de FGTS, bem como a não comprovação mensal de seus recolhimentos, sujeitará a contratada à multa específica, calculada na forma do art. 50 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22, §2º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, com os seguintes parâmetros:

13.2.4.2.4.1. Base de cálculo: o valor da remuneração mensal dos empregados cujas comprovações não foram apresentadas;

13.2.4.2.4.2. Percentual: de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor apurado;

13.2.4.2.4.3. Limite máximo: o total das multas desta natureza não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor global do contrato

13.2.4.2.5. Essa multa poderá ser aplicada por empregado e por mês de referência, sem prejuízo de outras sanções.

13.2.4.2.6. **Multa por Infração às Cláusulas Contratuais Específicas e Gradação:** A multa por infração a outras cláusulas contratuais corresponderá aos percentuais de 0,5% a 2,0% sobre o valor mensal do

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

contrato, conforme a gradação de gravidade (Grau 1 a 4) detalhadamente estabelecida no quadro abaixo. O somatório das multas aplicadas neste subitem não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o preço mensal do contrato.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% sobre o valor mensal do contrato
3	1,5% sobre o valor mensal do contrato
4	2,0% sobre o valor mensal do contrato

Quadro de Gradação de Multa por Infração às Cláusulas Contratuais

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	OBRIGAÇÃO CONTRATUAL VIOLADA (TR – Cap. 11)	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de observar normas internas ou apresentar conduta inadequada sem prejuízo ao serviço	11.31	1	Por ocorrência
2	Atrasar o envio de folha de ponto, comprovantes de encargos ou relatórios mensais, sem dano à execução	11.22	1	Por documento/mês
3	Descumprir determinação do fiscal sem prejuízo direto ao serviço	11.30	2	Por ocorrência
4	Ausentar-se do posto de serviço sem substituto imediato	11.26	3	Por dia
5	Manter funcionário sem qualificação exigida para o cargo de recepcionista.	11.17 / 11.26	3	Por ocorrência
6	Danificar bens, equipamentos ou documentos da PRRJ	11.16	4	Por ocorrência
7	Permitir situação de risco físico ou lesão a usuários, por negligência na operação	11.47	4	Por ocorrência

OBS.: O somatório das multas aplicadas em um mesmo mês não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

14.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Das indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.6.1 A não entrega da garantia contratual, dentro dos prazos previstos, poderá ensejar a rescisão unilateral nos termos dos artigos 104, II e 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.9. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.9.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

14.9.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.10 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.11 O CONTRATANTE poderá ainda:

14.11.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.11.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.12 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.13 O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 200043;
II) Fonte de recursos: 1000000000;
III) Programa de trabalho: 03062058142640001;
IV) Elemento de despesa: 3.33.90.37;
V) Plano interno: MBASIC; e
VI) Nota de empenho: 239/2026.

16.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA APROVAÇÃO

19.1 O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Procurador(a) Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna, nos moldes do Regimento Interno do Ministério Público Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato, firmado pelas partes e testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Rio de Janeiro, data da assinatura eletrônica.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 17/07/2026 11:15. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RJ-00091670/2026 TERMO DE CONTRATO**

Signatário(a): **SEVERINO [redacted] MARTINIANO**
Data e Hora: **17/07/2026 11:15:30**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **DAISY [redacted] SANTOS**
Data e Hora: **17/07/2026 14:31:12**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **LEANDRO [redacted] SOUZA**
Data e Hora: **18/07/2026 08:28:28**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **GISELE FELIX [redacted]**
Data e Hora: **19/07/2026 23:31:11**
Assinado com login e senha

Acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 146dc9b3.6226be97.366d6837.bdf01f88